

REPRODUÇÃO/TCU



Pedido ocorre após o avanço das apostas no país

Ministério Público pede ao TCU investigação sobre danos das bets

O Ministério Público pediu que o Tribunal de Contas da União(TCU) investigue os danos provocados pelas plataformas de apostas on-line, as chamadas bets. A representação busca avaliar os impactos econômicos e sociais da atividade e a atuação do poder público na prevenção e no enfrentamento dos problemas relacionados ao setor. O pedido ocorre após o avanço das apostas no país e a identificação de efeitos sobre o orçamento das famílias, o endividamento e a saúde mental dos apostadores. O TCU já realizou levantamentos sobre os impactos das bets na saúde mental e acompanha medidas adotadas pelo governo para fiscalizar o segmento. Em 2025, a Corte também analisou movimentações de beneficiários do Bolsa Família para empresas de apostas. Agora, o MP quer que o tribunal avalie a extensão dos prejuízos e a eficácia das políticas públicas destinadas a reduzir esses impactos.

STJ autoriza pensão sobre salário mínimo

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o juiz pode fixar antecipadamente um percentual do salário mínimo para a pensão alimentícia em caso de desemprego ou trabalho informal do alimentante. A Corte restabeleceu decisão que havia estabelecido o pagamento de 54% do salário mínimo nessas situações. Para a relatora, ministra Nancy Andrichi, a medida garante a continuidade da pensão e evita a necessidade de uma nova ação judicial diante de mudanças na renda do responsável.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Corte estabeleceu o pagamento de 54% do salário mínimo

Reajuste de custas e emolumentos pelo INPC

O Tribunal Superior do Trabalho apresentou o PL 4.919/2026, que prevê a atualização anual, pelo INPC, das custas e emolumentos da Justiça do Trabalho. Hoje, as custas são de 2% sobre o valor da causa, acordo ou condenação, com mínimo de R\$ 10,64. Pela inflação acumulada de 4,33% em 12 meses até junho, o piso iria a cerca de R\$ 11,10, em uma simulação. O projeto também cria o Fundo Especial da Justiça do Trabalho (FEJT), que poderá financiar tecnologia, capacitação, manutenção e obras nos tribunais.

Justiça Eleitoral terá R\$ 13,9 bi em 2027

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, por unanimidade, a proposta orçamentária da Justiça Eleitoral para 2027, no valor de R\$ 13,9 bilhões. O montante inclui despesas do TSE, dos tribunais regionais eleitorais (TREs) e o repasse do Fundo Partidário. A proposta será enviada ao Ministério do Planejamento para integrar o PLOA de 2027, que será analisado pelo Congresso Nacional agora.

OAB nos estados I

O presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, recebeu representantes da Federação Nacional dos Institutos dos Advogados para discutir o fortalecimento da atuação conjunta e a ampliação da presença da entidade nos estados. Simonetti também foi convidado para a primeira conferência da federação, em novembro, em Brasília.

OAB nos estados II

A reunião contou com dirigentes da OAB Nacional e representantes de institutos do Distrito Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Entre os temas tratados esteve o fortalecimento do diálogo institucional e de pautas ligadas à advocacia e ao Direito. A entidade reúne institutos de diferentes estados brasileiros.

Defensoria na ocupação I

Willian Fernandes tomou posse popular como ouvidor-geral da Defensoria Pública da União (DPU) para o biênio 2026-2028, em cerimônia realizada na Ocupação Quilombo Saracura, no centro de São Paulo. Movimentos sociais e lideranças comunitárias participaram do evento, que destacou a aproximação da instituição com a população.

Defensoria na ocupação II

A defensora pública-geral federal, Tarcijany Linhares, afirmou que a Ouvidoria Externa representa a participação da sociedade na Defensoria e transforma demandas de grupos vulnerabilizados em serviços e políticas públicas. Fernandes defendeu a presença dos movimentos sociais na gestão e destacou a necessidade de ampliar essa atuação.

Perda de patente I

O Superior Tribunal Militar (STM) decidiu, por maioria, declarar indigno para o oficialato um 2º tenente reformado do Exército e determinar a perda do posto e da patente. Ele foi condenado pela Justiça comum do Maranhão a quase seis anos de prisão por transmitir intencionalmente HIV a duas ex-companheiras. A decisão foi tomada pelo Plenário da Corte.

Perda de patente II

Segundo o STM, a conduta violou princípios éticos e morais das Forças Armadas e comprometeu o decoro militar. A defesa alegou desproporcionalidade da medida, ressaltando que os crimes ocorreram na vida privada e que o oficial é inválido, tem sequelas neurológicas e necessita de cuidados. Dois ministros divergiram da maioria e votaram contra.

DEPOSIPHOTOS



Dívida com precatórios do Estado chega a quase 3% do PIB

Estudo mostra que Brasil é o país que mais processa o Estado

Alto grau da litigância gera uma dívida de R\$ 330 bilhões em precatórios

Por Beatriz Cicci

Uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) revelou que o Brasil é o país onde os cidadãos mais recorrem à Justiça em disputas contra o Poder Público. Esse alto nível de litigância resultou em uma dívida de R\$ 330 bilhões em precatórios, valor equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

A pesquisa evidencia os nove temas que concentram a maioria dos processos judiciais. Entre eles, a litigância previdenciária se destaca, responsável por quase metade dos processos em 2025 (45,1%). Em seguida, encontra-se a litigância envolvendo interesses de servidores públicos (21,8%), questões tributárias (11,5%), trabalhistas (6,5%), contratuais (4,9%), de responsabilidade civil (4,0%), saúde (3,9%), educação (1,4%), trânsito (0,5%), ambientais (0,4%) e de desapropriação (0,2%).

O levantamento, que recolheu dados até março de 2025, registrou 10,6 milhões de processos pendentes na Justiça. O resultado dessa alta judicialização é uma enorme dívida governamental perante os brasileiros.

Segundo o coordenador do relatório de pesquisa, Rogério Bastos Andrade, ci-

tando dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em dezembro de 2025, o país devia cerca de R\$ 330 bilhões a atores privados da sociedade brasileira por meio do pagamento de precatórios.

O estudo analisou outros cinco países — México, Argentina, França, Estados Unidos e Alemanha —, além da média da União Europeia. Entre eles, Arantes destaca que a taxa de litigância brasileira é “incomparável”.

A pesquisa revela que, segundo dados de 2022, a cada mil habitantes, há 35,6 processos pendentes no Brasil. A Alemanha, em segundo lugar, apresenta oito processos pendentes por mil habitantes. Dessa forma, a média brasileira ultrapassa significativamente a da União Europeia e a de todos os outros países incluídos no relatório.

O especialista explica que essa taxa de litigância extraordinária ocorre devido, primeiramente, às reformas previstas na Constituição de 1988 que ampliaram o acesso à Justiça. Também é resultado de uma série de incentivos que favorecem a judicialização de conflitos – como a gratuidade da justiça, assistência jurídica gratuita, cortes constitucionais, juizados especiais para conflitos menores e defensorias públicas.